



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

ATA DA DUCENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos 30 dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às 9 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, realizou-se a **252ª** (ducentésima quinquagésima segunda) **Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de agosto de 2016, do Conselho Fiscal – Confis da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal. Estiveram presentes os Conselheiros: **Isamara Barbosa Caixeta**, representante titular do Ministério da Fazenda – MF; **Lúcia Aída Assis de Lima** e **Lizane Soares Ferreira**, representantes titular e suplente, respectivamente, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA o Sr. **Rafael Ferreira Fontes**, Superintendente de Controladoria e Riscos e, como convidados para prestar esclarecimentos, os Srs. Daniel Santana Abreu, Gerente da Gerência de Auditoria – Geaud, Goiazires da Silva Borges, Superintendente da Superintendência de Contabilidade – Sucon, Tânia Fernanda de Luna Magnago, Superintendente da Superintendência de Administração – Supad e Dalmo Mendes Vieira, Superintendente da Superintendência de Orçamento e Finanças – Suofi. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise da pauta:

1. Fiscalização dos Atos de Gestão. 1.1. Exame mensal das atas das reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração – Conad.

1.1.1. Ata da 1.250ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, de 2/6/2016.

Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou: **1.1.2. Ata da 1.251ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, de 7/6/2016.** Após exame da referida Ata, o Confis destaca: **a)** Voto Dipai nº 013/2016 – Processo nº 21200.000558/2016-84 – Ratificação da inexigibilidade de licitação para a contratação emergencial da empresa Claro S/A, visando à prestação dos serviços de rede de comunicação de longa distância. O Voto foi aprovado. O Confis solicita à Companhia encaminhar o Processo à Coger, a fim de que seja apurado se a situação emergencial foi gerada por falta de planejamento, desídia ou má gestão, com vistas à apuração de responsabilidade; **b)** Voto Diafi nº 039/2016 – Processos Sureg RS nº 21206.0462/2013-09 e Supad nº 21200.1088/2009-47 – Proposta de aprovação dos Laudos de Avaliação dos imóveis localizados na Rua Engº Manoel Luiz Fagundes, nº 1725, ap. nº 101 do Edifício Obregon, e na Rua Borges do Canto nº 986, esq. com a Rua Cândido Galvão, ambos em São Borja – RS. Os imóveis foram adquiridos em sede de

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

cumprimento de sentença judicial. O apartamento e o armazém foram avaliados pela Caixa Econômica Federal – CEF, respectivamente, por R\$ 143.000,00 e R\$ 2.840.000,00. Consta que na 108ª Reunião Ordinária, realizada em 27/2/2002, o Conad deliberou que todos os bens havidos pela Conab por dação em pagamento e que não tiverem condições de serem operacionalizados sejam incluídos no Plano de Desimobilização do Patrimônio Imobiliário. O Voto foi aprovado. O Confis solicita/recomenda à Companhia: **b.1)** informar as datas de avaliação dos referidos imóveis; **b.2)** encaminhar cópia do Plano de Desimobilização do Patrimônio Imobiliário ao Conselho Fiscal para conhecimento e informar a periodicidade de atualização do referido Plano; **b.3)** informar os motivos da morosidade na alienação dos referidos imóveis, pois os processos do apartamento e do armazém datam, respectivamente, de 2013 e 2009. No caso do armazém, consta que a alienação foi aprovada pelo Conad na 202ª Reunião Ordinária, realizada em 24/2/2010, ou seja, há 6 anos; **b.4)** submeter os referidos processos anos casos em que decorreram tantos anos da nova deliberação do Conad. **c)** Voto Digep nº 017/2016 – Processo nº 21200.002791/2010-14 – Prorrogação excepcional de contrato de concessão de uso de área para empresa especializada na exploração de restaurante. O Voto foi aprovado. O Confis solicita à Companhia cópia do Parecer Jurídico, bem como informar, no caso de recomendações, se foram atendidas; **d)** Voto Digep nº 018/2016 – Processo nº 21200.000326/2016 – Aprovação de Termo de Execução Descentralizada – TED entre Conab e a Unb para desenvolvimento e implantação de metodologias de gestão de pessoas capazes de orientar as ações de avaliação técnica e comportamental de desempenho dos empregados, bem como o dimensionamento da força de trabalho da Conab e desenvolvimento de tecnologia integrada. O Voto foi aprovado condicionado à chancela da área jurídica. O Confis registra que, na Ata da 250ª Reunião Ordinária do Confis, item 1.1.3., alínea “b” recomendou à Conab que as propostas de TED e outras da mesma espécie sejam, primeiramente, submetidas e analisadas pelos órgãos técnicos responsáveis, incluindo a **Proge**, antes da matéria ser objeto de deliberação da Diretoria Colegiada, evitando-se assim, a aprovação condicional do voto e que foi solicitado relatório trimestral sobre o assunto, por meio do Ofício nº 3/2015-CONFIS/CONAB/DF, de 23/7/2015. O Confis solicita à Companhia informar: **d.1)** o valor do referido TED; **d.2)** se o TED foi cancelado pela Proge e, no caso de recomendações, se foram atendidas; **e)** Voto Digep nº 019/2016 – Processo nº 1486/2008 GAJ e nº 1773/2008 GAI. Revogação da Resolução nº 11/2016 e alteração das condições para a percepção da Gratificação por Atividade Jurídica – GAJ aos empregados TNS/Analista Procurador e Corregedor; e Gratificação de Auditoria Interna –

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

GAI aos TNS – Auditores ou Analista – Auditores Internos, cedidos à Presidência da República. A Resolução nº 11/2016 elencou os requisitos para a percepção das GAJs e das GAIs, entretanto em desacordo com o disposto na Lei nº 9.007, de 17/3/95, art. 2º, que assegura aos empregados requisitados para a Presidência da República todos os direitos e vantagens a que façam jus na entidade de origem. O Voto foi aprovado. O Confis recomenda à Companhia que os atos de gestão por meio de Resoluções sejam submetidos à Proge para emissão de Parecer Jurídico antes da deliberação da Diretoria Colegiada, a fim de evitar a edição de normas em desacordo com dispositivos legais. **1.1.3. Ata da 1.252ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, de 15/6/2016.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **1.1.4. Ata da 1.253ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, de 23/6/2016.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **1.1.5. Ata da 1.254ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, de 28/6/2016.** Após exame da referida Ata, o Confis destaca: **a)** Voto Dipai nº 014/2016 – Processo nº 21200.001011/2016-04 – Proposta de Termo de Execução Descentralizada a ser firmado entre a Conab e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, para o levantamento e atualização dos custos de produção e cadastramento de informantes para a pesquisa de preços pagos e recebidos dos produtos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade, condicionado à chancela da Consultoria Jurídica. O Voto foi aprovado. Sobre o assunto, o Confis fez registro no item 1.1.2., alínea “d”, desta Ata.; **b)** Voto Dirab nº 019/2016 – Processo nº 00.000217/2016-09 – Reversibilidade dos bens imóveis do Complexo Armazenador de Itaqui/MA de forma gratuita e automática para a EMAP. O Voto foi aprovado, devendo a proposta ser submetida ao Conad para decisão final. O Confis solicita à Companhia encaminhar o Processo à Coger, com vistas à apuração de responsabilidade, tendo em vista a permanência da Conab no Porto Organizado de Itaqui, no período compreendido entre 2 de abril de 2005 a 11 de setembro de 2014, destituída do suporte jurídico de um contrato formal e a morosidade na adoção das providências. **2. Desempenho Econômico-financeiro. 2.1. Análise dos demonstrativos contábeis. 2.1.1. Junho/2016 (CIs Sucon nºs 477 e 484, respectivamente, de 18 e 19/7/2016).** Segundo análise da Audin acerca dos Demonstrativos (Balanço Patrimonial; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; Demonstração do Valor Adicionado; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE Sintética), o Confis registra: Embora as receitas operacionais tenham reduzido R\$ 9,2 milhões em relação ao mês anterior, as despesas operacionais tiveram uma queda muito maior (R\$ 58,9 milhões), o que motivou a variação positiva do resultado operacional de R\$ 49,5 milhões. A variação significativa das despesas operacionais foi a

2

104

Q



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

despesa de pessoal, no montante de R\$ 58,4 milhões, ocorrida pelo fato de que, no mês de maio, foi pago o retroativo do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT. Nos subgrupos: "Obrigações Tributárias e Contributivas", ocorreu o aumento das despesas, em razão do pagamento do IPTU, em junho/2016, no valor de R\$ 508.852,97; e "Outras Despesas Operacionais", a redução significativa pelo registro de receita de doação pela incorporação do imóvel código IMIMRJ031, no valor de R\$ 499.752,71, na conta de "Bens Imóveis em Poder de Terceiros" (Sureg/RJ), sem a respectiva baixa na conta de "Bens Imóveis não Destinados a Uso". Nos subgrupos: "Indenizações e Restituições", aumento significativo, em razão do recebimento de R\$ 1.446.373,93, referente ao recebimento de processo judicial em GO; e em "Receitas Diversas", houve complemento da receita, com a gestão dos estoques públicos, no valor de R\$ 500.000,00, referente ao mês de maio/2016. O Resultado Não Operacional foi impactado positivamente pelo lançamento de um terreno situado em Fortaleza dos Nogueiras - Sureg/MA, no valor de R\$ 796.225,00, que apesar de pertencer à Companhia, não estava registrado contabilmente. **2.1.2. 2º trimestre/2016 (CI Sucon nº 489 e 496, de 21 e 25/7/2016).** Após análise dos Demonstrativos (Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE Sintética e Analítica), o Confis registra que o Resultado Líquido do 2º trimestre/2016 apresentou variação negativa de 36% (-R\$ 8.575.957,23) comparado com o mesmo período de 2015 (-R\$ 6.291.510,39). Esse resultado é decorrente do somatório das atividades próprias da Companhia, cujas contas são as mais relevantes: despesas de provisões de férias; despesas de encargos sociais sobre as provisões; despesas de depreciação; despesas executadas na fonte própria; receitas de armazenagens/alugueis; e receitas para gestão dos estoques públicos. **2.2. Exame trimestral dos créditos a receber em atraso – 2º trimestre/2016.** **2.2.1. Relatório Gerencial de Cobrança (CI Suofi/Gecob nº 943, de 11/7/2016).** Após exame do referido Relatório, o Confis registra que, até a data de 30/6/2016, a Companhia possuía 7.704 processos de créditos a receber, perfazendo um total de valor atualizado de R\$ 3.686.807.397,09. O Confis registra que vem reiteradamente se manifestando a respeito sem, no entanto, obter êxito na solução do problema. **2.2.2. Quadro Demonstrativo dos Débitos correspondentes a Salários e Encargos Sociais dos Empregados Cedidos (CI Suofi/Gecob nº 942, de 11/7/2016).** Após exame do referido Quadro, o Confis registra o crédito de R\$ 1.566.401,87 a receber das instituições cessionárias, referentes a 11 (onze) empregados cedidos, cujo montante é 22,5% superior à posição de 31/3/2016 (R\$ 1.278.201,92). Desse total de empregados, 4 (quatro) já retornaram à Conab e os valores devidos estão em processo de cobrança judicial. Os créditos relativos aos demais

Re

eat

Q



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

empregados referem-se a alguns meses de 2016, os quais estão sendo cobrados por meio de carta. O Confis registra que já se manifestou diversas vezes sobre o tema e solicita que aos próximos relatórios seja anexado extrato analítico do SIAFI contendo os registros dos créditos a receber.

3. Execução Orçamentária. 3.1. Acompanhamento trimestral da execução dos investimentos programados para o ano. O Confis registra que não foi entregue ao Conselho documento para acompanhamento.

4. Estruturas de Controle. 4.1. Acompanhamento trimestral do Plano da Auditoria Interna, a sua execução e o atendimento às suas recomendações. 4.1.1. Quadros “Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria” e “Resumo do teor das recomendações” – Exercícios 2009 a 2016 - Posição em 14/7/2016 (E-mail Gedop/Audin, de 14/7/2016). Após análise do referido Quadro, o Confis verificou a existência de 341 pendências, sendo: Exercício 2009, 2 pendências (0,6%); Exercício 2010, 12 pendências (3,5%); Exercício 2011, 14 pendências (4,1%); Exercício 2012, 26 pendências (7,6%); Exercício 2013, 33 pendências (9,7%); Exercício 2014, 32 pendências (9,4%); Exercício 2015, 106 pendências (31,1%); e Exercício 2016, 116 pendências (34,0%). O Confis solicita à Conab providências urgentes junto às áreas da Companhia no sentido de solucionarem as pendências dos Relatórios de Auditoria que, no período de 2009 a 2015, correspondem a 66,0% do total de pendências.

4.1.2. Relatórios de Auditoria (E-mail Gedop/Audin, de 14/7/2016). a) Relatório de Auditoria Acompanhamento da Gestão nº 1, de 19/5/2016. Após exame do referido Relatório, o Confis verificou que se trata de Auditoria de Avaliação da Gestão – AVG no âmbito da Matriz, nas áreas contábil e financeira, referente ao exame das Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2015. Foram evidenciadas impropriedades que mereceram 32 recomendações, sendo: 2 gravíssimas, 2 graves, 18 médias e 10 baixas;

b) Relatório de Auditoria Acompanhamento da Gestão nº 2, de 19/5/2016. Após exame do referido Relatório, o Confis verificou que se trata de Auditoria de Avaliação de Gestão – AVG, na Sureg/PB, realizada no período de 25 a 29/1/2016, para exame das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2015. Foram evidenciadas impropriedades que mereceram 1 recomendação de alta gravidade, 10 de gravidade média e 1 de gravidade baixa, além de 4 sugestões de aprimoramentos feitos à Superintendência;

c) Relatório de Auditoria Acompanhamento da Gestão nº 3, de 19/5/2016. Após exame do referido Relatório, o Confis verificou que se trata de Auditoria de Avaliação da Gestão – AVG, no âmbito da Sureg/MS, para exame das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2015, no período de a 29/1/2016. Foram evidenciadas impropriedades, que mereceram 29 recomendações, sendo: de gravidade média (nºs 267.1, 268.1, 269.1, 270.1,

pe

ex

Q

!



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

271.1, 273.1, 274.1, 276.1, 276.2, 277.2, 279.1, 280.1, 281.1, 282.1, 283.1, 283.2 e 284.1 - pendentes); e baixa (nº 272.1 – pendente); **d) Relatório de Auditoria Acompanhamento da Gestão nº 4, de 19/5/2016.** Após exame do referido Relatório, o Confis verificou que se trata de Auditoria de Avaliação da Gestão – AVG, no âmbito da Sureg/AM, para examinar as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2015. Foram evidenciadas impropriedades, que mereceram 7 recomendações de gravidade média; **e) Relatório de Auditoria Acompanhamento da Gestão nº 5, de 19/5/2016.** Após exame do referido Relatório, o Confis verificou que se trata de Auditoria de Avaliação de Gestão – AVG, na Sureg/MA, realizada no período de 1º a 5/2/2016, para exame das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2015. Foram evidenciadas impropriedades que mereceram 19 recomendações de gravidade média, 1 de gravidade baixa e 2 sugestões de aprimoramentos feitos à Superintendência; **f) Relatório de Auditoria Acompanhamento da Gestão nº 6, de 19/5/2016.** Após exame do referido Relatório, o Confis verificou que se trata de Auditoria de Avaliação da Gestão – AVG, no âmbito da Sureg/MT, nas áreas contábil e financeira, com foco no encerramento do exercício de 2015, no período de 25 a 30/1/2016. Foram evidenciadas impropriedades, que mereceram 10 recomendações, sendo: 1 de gravidade alta (nº 273.2 - em implementação); 4 média (nºs 267.1 e 272.1 – em implementação; 269.1 - atendida; e 273.1 - pendente); e 5 baixa (nºs 270.1, 270.2, e 271.3 – em implementação; 271.1 e 271.2 – atendidas); **g) Relatório de Auditoria Acompanhamento da Gestão nº 7, de 19/5/2016.** Após exame do referido Relatório, o Confis verificou que se trata de Auditoria de Acompanhamento de Gestão – ACG, no âmbito da Sureg/RR, para examinar a execução do Programa de Abastecimento Social Vendas em Balcão. Foram evidenciadas impropriedades, que mereceram 12 recomendações, sendo 2 de gravidade alta e 10 médias; **h) Relatório de Auditoria Acompanhamento da Gestão nº 8, de 21/6/2016.** Após exame do referido Relatório, o Confis verificou que se trata de Auditoria de Avaliação de Gestão – AVG, na Sureg/SE, realizada no período de 29/3 a 7/4/2016, para exame da gestão contábil-financeira. Foram evidenciadas impropriedades que mereceram 1 recomendação de alta gravidade e 11 de gravidade média. **i) Relatório de Auditoria Acompanhamento da Gestão nº 9, de 21/6/2016.** Após exame do referido Relatório, o Confis verificou que se trata de Auditoria de Acompanhamento de Gestão – ACG, na Sureg/SE, no período de 29/3 a 7/4/2016, para examinar a gestão do Programa de Aquisições de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, na modalidade Compra com Doação Simultânea - CDS. Foram evidenciadas impropriedades, que mereceram 5 recomendações, pendentes de atendimento, sendo: 4 de gravidade média (nºs 267.1; 267.2;

PC

sat

Q

!



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

272.1; e 274.1); e 1 baixa (nº 271.1). O Cofins solicita à Conab providências junto às áreas da Companhia, no sentido de atender às recomendações da Audin. **4.1.3. NOTA TÉCNICA AUDIN n.º 15/2016 (CI Audin/Geaud nº 206, de 15/6/2016).** A Nota Técnica traz um resumo com as disfunções consideradas de alta gravidade, para simplificar o processo para o Conselho de Administração. No Relatório de Avaliação da Gestão N° 1, de 19/5/2016, são mencionadas 2 não conformidades: **a)** Valores significantes registrados na conta de Passivo 2.1.8.1.1.00.00 - Adiantamentos de Clientes - Consolidação, alguns referentes a recebimento por perda em armazenagem e deságio de produtos em armazenagem, os quais já foram recebidos por meio de GRU, necessitam de análise pela Suofi; e **b)** Bens imóveis que não geram retorno financeiro registrados na conta 1.2.2.2.1.02.00 - Bens Imóveis Não Destinados a Uso, pertencentes ao subgrupo de Investimentos "1.2.2.2.0.00.00 - Propriedades Para Investimento". Já o Relatório de Avaliação da Gestão nº 2, de 19/5/2016 cita os imóveis da Companhia que estão em poder de terceiros, sem geração de renda, registrados em conta contábil destinada a imóveis que geram recursos financeiros. O Relatório de Avaliação da Gestão nº 3, de 19/5/2015, apresenta 3 falhas: **a)** falta de conciliação contábil dos saldos da conta Depósito Efetuado por Interposição de Recursos; **b)** valores pendentes a longa data na conta referente à apuração em perdas de armazenagens; e **c)** falta de regularização do sistema contra incêndio e pânico das UAs Dourados e Maracaju, fato que impede a liberação do Laudo Técnico do Corpo de Bombeiros e o alvará de funcionamento das unidades. O Relatório de Avaliação da Gestão nº 6, de 19/5/2016, apresenta falhas no sistema XFAC, demonstrando uma grande dificuldade principalmente durante os fechamentos mensais por conta da defasagem apresentada por esse sistema. O Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 7, de 19/5/2016, mostra duas não conformidades, sendo: **a)** denúncia sobre revenda do milho adquirido na Conab; e **b)** precariedade na estrutura física da Sureg/RR. **4.2. Verificação trimestral da situação dos imóveis da Companhia (CI Supad nº 205, de 27/7/2016).** Após análise do referido Relatório, o Confis registra que dos 222 imóveis da Companhia, 7 estão alugados, 40 desocupados e passíveis de alienação e doação, bem como que 68 estão cedidos a terceiros, sendo que a maioria dos imóveis cedidos (57) não possui contrato de cessão. O Confis registra que já se manifestou diversas vezes sobre o tema e solicita que, aos próximos relatórios, seja anexado extrato analítico do SIAFI, contendo os registros dos imóveis e análise comparativa entre o extrato e o relatório da Companhia. **5. Adimplência da Empresa. 5.1. Acompanhamento trimestral da adimplência a compromissos financeiros, bem como da regularidade fiscal junto à Receita Federal, Estadual e Municipal, Dívida Ativa da União,**

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

118

CADIN, INSS e FGTS. a) **Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.** Certidão válida até 16/11/2016. b) **Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.** Certificado válido até 6/9/2016. c) **Certidão de Regularidade Fiscal Estadual/Municipal (Governo do Distrito Federal - GDF).** Certidão válida até 20/11/2016. d) **Cadastro de Créditos Não Quitados do Poder Público Federal – CADIN.** O Confis registra a inadimplência da Companhia junto ao CADIN. **6. Compras e Alienações. 6.1. Exame trimestral das aquisições e contratações da empresa, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade (arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93). 6.1.1. Relação das Licitações da Matriz e das Superintendências Regionais - Suregs – 2º trimestre/2016 (CI CPL nº 06/2016, de 19/5/2016 – Março e Abril/2016; e CI CPL nº 08/2016, de 28/6/2016 – Maio/2016).** Após exame das referidas Relações, o Confis destaca: a) Processo Sureg/AM 21218.000315/2014-95 – Alienação de bens patrimoniais móveis – Convite Conab/Sureg/AM nº 1/2015. O Confis solicita à Companhia encaminhar o referido Processo à Prore/AM para manifestação quanto às providências a serem adotadas pela Sureg/AM, tendo em vista que, no caso de alienação de bens móveis, a modalidade de licitação é o leilão e não o convite, conforme consta da NOTA TÉCNICA COJUR/GELIC nº AS 019/2016, de 21/3/2016; b) Processo Sureg/RN 21216.000002/2016-19 – Aquisição de material de consumo para abastecer o almoxarifado da Sede da Conab/RN – Pregão nº 2/2016 e Pregão nº 3/2016: total de itens licitados, respectivamente, 17 e 14; O Confis solicita à Companhia manifestar-se acerca da realização dos referidos Pregões com o mesmo objeto, caracterizando o fracionamento de despesa; c) Processo Sureg/RO 21219.000389/2009-54 – Venda do imóvel localizado na Av. Marechal Rondon nº 4793, no Município de Colorado D'Oeste/RO. O Confis solicita à Companhia informar a modalidade de licitação utilizada para a venda do referido imóvel. **6.1.2. Relação das Contratações da Matriz e das Suregs – 2º trimestre/2016 (CI Supad nº 205, de 27/7/2016).** Após exame da referida Relação, o Confis destaca o item 5 - Processo nº 21200.000558/2016-84, sobre o qual o Confis já se manifestou no item 1.1.2, alínea “a”, desta ata. **6.2. Tomar conhecimento trimestralmente da venda de ativos da Companhia e do atendimento a requisitos legais – 2º trimestre/2016 (CI Supad nº 205, de 27/7/2016).** Após análise da referida CI, o Confis registra que não consta a informação sobre a venda de ativos da Companhia. A obrigação do Confis é analisar a venda de qualquer ativo, bens móveis (veículos, máquinas, equipamentos, etc), exceto os relativos às operações governamentais, bem como imóveis que compõem o acervo patrimonial da empresa, demonstrando o atendimento aos respectivos requisitos legais. **7. Gestão de Risco Corporativo. 7.1. Avaliação trimestral**

le

est

Q



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

da evolução dos passivos contingentes (cível, trabalhista, tributário, ambiental, dentre outros), o risco de perda e as medidas de natureza jurídica adotadas pela Empresa - 2º trimestre/2016 (CI Proge nº 383, de 26/7/2016). A Proge informa que as ações judiciais estão sendo regularmente acompanhadas pelo corpo jurídico da Conab e pelos Escritórios Terceirizados que prestam serviços à Companhia, com a interposição de todas as medidas judiciais cabíveis para a plena defesa dos seus interesses. Entretanto, relata ao Conselho, como o fez em outras oportunidades, que os dados existentes sobre as ações judiciais em que a Conab figura como parte ativa, passiva ou interessada são inconsistentes ante a ausência de relatórios atualizados, motivo pelo qual foi dado início a um trabalho criterioso de catalogação de todos os processos e alimentação dos sistemas de controle de atividade jurídica (SIAJUR)/acompanhamento processual (PROCESS). Após exame da documentação encaminhada pela Proge e o seu relato, o Confis constata que não houve evolução na área jurídica da Conab e registra a impossibilidade de uma avaliação por parte do Colegiado.

7.2. Acompanhamento trimestral da evolução da situação do plano de saúde e atuarial do fundo de pensão dos empregados com foco em prováveis impactos contábeis e financeiros nas demonstrações contábeis – 2º trimestre/2016. O Confis registra que não foi encaminhada documentação para acompanhamento.

8. Código de Ética, Ouvidoria e Canal de Denúncias. 8.1. Avaliação trimestral da aplicação do código de conduta, a sua disponibilização aos empregados e à administração, bem como da realização de treinamento periódico sobre o assunto. O Confis registra que não foi encaminhada documentação para acompanhamento.

8.2. Acompanhamento trimestral dos relatórios fornecidos pela unidade responsável pelo recebimento de denúncias relativas a violações ao código de conduta, às políticas e normas da organização da Empresa, bem como das ações disciplinares tomadas pela administração – 2º trimestre/2016 (Relatórios Demonstrativos dos Processos Internos de Apuração – PIA/Coger). O Confis registra que há 74 processos de apuração disciplinar pendentes de conclusão na Companhia, sendo 5 de 2012, 8 de 2013, 19 de 2014, 27 de 2015 e 15 de 2016. Os prejuízos foram quantificados em apenas 9 processos, totalizando R\$ 277.480,43. O Confis registra que os referidos relatórios não atendem e que foi acordado com a Corregedora-Geral, na 242ª Reunião Ordinária do Confis, realizada no dia 3/11/2015, que estes fossem apresentados de forma gerencial e sucinta.

9. Outras Atividades. 9.1. Acompanhamento mensal do atendimento às solicitações do Colegiado. 9.1.1. CI Gabin nº 15, de 6/1/2016: atendimento à recomendação do item 6.1. da Ata da 244ª Reunião Ordinária do Confis. Recomendação atendida. O Confis solicita à Companhia elaborar norma interna para regulamentação das

PC

2016
Q



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

120

contratações diretas no âmbito da Conab, com o objetivo de orientar as áreas demandantes a fim de garantir mais segurança e agilidade aos procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação, conforme recomendação da Proge constante da NOTA TÉCNICA COJUR/GELIC nº AS 019/2016, de 21/3/2016.

9.1.2. CI Gabin nº 315, de 8/7/2016: resposta da Supad ao item 2.5. da Ata da 249ª Reunião Ordinária do Confis. O Confis registra que deliberou por manifestar-se na próxima reunião. **9.1.3. CI Gabin nº 328, de 29/6/2016:**

resposta da Suorg ao item 6.1.19. da Ata da 249ª Reunião Ordinária do Confis.

Solicitação não atendida. 9.1.4. CI Gabin nº 345, de 8/7/2016: resposta da Sureg/ES ao item 1.1.1, alínea "b", da Ata da 250ª Reunião Ordinária do Confis.

Solicitação atendida. 9.1.5. CI Gabin nº 346, de 8/7/2016: resposta da Sureg/RO ao item 1.1.1., alínea "a", da Ata da 250ª Reunião Ordinária do Confis.

Solicitação atendida. 9.1.6. CI Gabin nº 349, de 8/7/2016: resposta da Audin aos seguintes itens da Ata da 250ª Reunião Ordinária do Confis: a)

item 1.1.6, alínea "b": **Solicitação não atendida. b) item 3.2.: solicitação**

parcialmente atendida. 9.1.7. CI Gabin nº 350, de 8/7/2016: resposta da Sugof ao item 3.1.6. da Ata da 250ª Reunião Ordinária do Confis.

Solicitação atendida. 9.1.8. CI Proge nº 362, de 14/7/2016: atendimento à recomendação

do item 3.1.1 da Ata da 250ª Reunião Ordinária do Confis. **Recomendação**

atendida. 9.2. Acompanhamento mensal do Controle de Pendências. O

Colegiado registra que foi elaborado o Controle de Pendência da Ata da 252ª

Reunião Ordinária do Confis, bem como efetuados os lançamentos dos

atendimentos às solicitações do Conselho Fiscal nas Atas correspondentes.

Encaminhe-se cópia desta Ata à Diretoria Colegiada, ao Conad, ao Assessor

Especial de Controle Interno do MAPA e ao Ministério da Transparência,

Fiscalização e Controle, para conhecimento e providências que julgarem

convenientes. E nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal

agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para

constar, eu, Ana Dora Ramos de Azevedo, Assessora Técnica do Gabinete da

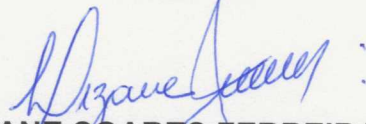
Presidência, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por

mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião ficou marcada para o

dia 7 de outubro de 2016.


ISAMARA BARBOSA CAIXETA
Presidente


LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
Conselheira Titular


LIZANE SOARES FERREIRA
Conselheira Suplente


ANA DORA RAMOS DE AZEVEDO
Secretária